

## NOS CAMPOS DA REBELDIA

LIENHARD, Martin. *Disidentes, Rebeldes, Insurgentes. Resistencia Indígena y Negra en América Latina*. Madrid: Iberoamericana/Veuvert, 2008, 153 p.

Martin Lienhard, catedrático de literatura hispânica e lusófona no Instituto de Línguas e Literaturas Românicas da Universidade de Zurique, tem uma obra marcada pela interdisciplinaridade, com um amplo diálogo entre a literatura, as artes, a antropologia e a história. Porém, esta não é a característica que sobressai do seu trabalho e, sim, como já o disseram Annina Clerici e Marília Mendes, a sua preciosa “arqueologia” das vozes e das atitudes daqueles que foram marginalizados no decorrer dos diversos processos históricos e sociais.

Neste seu novo livro, *Disidentes, rebeldes, insurgentes. Resistencia indígena y negra en América Latina. Ensayos de historia testimonial* (Madrid: Iberoamericana/Vervuert, 2008), o conceito central que o autor utiliza é a rebeldia; a dissidência remete, de acordo com o caso, a um **antes** da rebeldia aberta ou a uma rebeldia em estado latente; enquanto a insurgência, o estado supremo da rebeldia, remete a suas manifestações

mais radicais. Segundo Lienhard, citando Camus, “um homem rebelde é um homem que diz não. Mas, ao dizer **não**, não renuncia: desde seu primeiro movimento é também um homem que diz **sim**”. Ainda de acordo com Camus, o escravo, ao passar à ação, deixa de ser o que foi e se transforma em um homem novo. Ao reagir, o escravo se precipita, de corpo e alma inteiras, a uma luta, cujo desenlace não pode ser senão sua libertação ou a morte. Ao estudar casos concretos de rebeldia, não é sempre possível determinar quando, como e em que medida alguém rompe com a sua condição de escravo. O que provoca a rebeldia aberta são, no mínimo, fatos relativamente banais, mas inesperados. A brusca mudança de regras do jogo pode levar um coletivo subalterno aparentemente “pacífico” a passar à rebeldia aberta. Ainda quando parece surgir do nada, a revolta supõe, sem dúvidas, uma tomada de consciência. Quais causas defendiam os rebeldes que protagonizaram as histórias do

livro? Dada a diversidade de situações, qualquer generalização permanece discutível. Vários protagonistas, entre eles o escravo doméstico Juan Francisco Manzano, não aspiravam senão “a que os deixassem em paz”. Outros pretendiam negociar “seus direitos” com seus senhores ou os donos do território. Outros mais se haviam precipitado no “tudo ou nada”, para fazerem-se livres em outro lugar, como os escravos de Banes e Matanzas, ou para revolucionar toda a sociedade, como Juan Santos Atahualpa. Todos buscavam, em última instância, a liberdade, mas em que medida era a mesma liberdade a que aspiravam Don Carlos Ometochtzin, em Tezcoco, ou mesmo os escravos rebelados do Brasil ou de Cuba? Para o autor, a ordem que todos pretendiam “mudar” não era a realidade, senão uma “utopia”. Mas, nem todos pretendiam um “retorno a um paraíso perdido”. Para muitos rebeldes, a “liberdade” significava somente viver longe de seus senhores e dos brancos em geral. Não buscavam liberdade e igualdade para todos, como havia propugnado a Revolução Francesa, a “liberdade” a que aspiravam era basicamente a sua “autonomia”. Entretanto, se o mote condutor do seu livro é a rebeldia, a grandiosidade do seu trabalho aparece na compreensão da complexidade das sociedades latino-americanas, no entendimento da heterogeneidade e da fragmentação dos povos dominados. Em 1539, no

México central, o processo inquisitorial empreendido contra Don Carlos Ometochtzin culminou com a execução de sua sentença de morte. Porém, o trágico destino do cacique Don Carlos não foi derivado do que havia dito ou feito. Seus diferentes delitos – da recusa do catolicismo à poligamia – eram comuns entre os membros indígenas. Portanto, os motivos que conduziram à sua morte estiveram relacionados à animosidade de outras lideranças locais à sua pretensão de suceder a seu irmão Don Pedro, como senhor de Tezcoco. Os seus pares disputavam suas prerrogativas de senhores locais, sob a égide e a proteção dos espanhóis. Já sobre o Peru, Martin Lienhard mostra Juan Santos Atahualpa, que, de 1742 até a década seguinte, desenvolveu uma guerrilha nas selvas, objetivando tornar-se “Rei de todo o Peru”. Várias foram as expedições enviadas para a sua captura, porém não lograram os seus objetivos. No documento “A Exclamação dos Índios Americanos”, em 1749, representando o pensamento de vários caciques e governadores indígenas do Peru, ele reconhece o levante de Juan Santos, porém, atribui a sua existência à “barbárie” de uns “índios incultos”. Acostumados a negociar os seus “direitos” com as autoridades espanholas desde 1530, e sendo relativamente autônomos, os caciques espanhóis jamais embarcariam na aventura messiânica de Juan

Santos. A autobiografia de Juan Francisco Manzano é, segundo Lienhard, o único relato de envergadura escrito ou ditado por um escravo latino-americano. Escrita em 1835, uma versão abreviada do seu relato já aparecia em Londres, em 1840, denominada “A história da juventude do poeta negro”. Para Juan, a verdadeira história de sua vida começa em 1809, quando, aos 12 anos, conheceu a sua nova dona, a Marquesa de Pardo Ameno. A partir daí, devido à complicada relação afetiva com a sua dona, torna-se objeto do seu sadismo. A Marquesa o humilha diante da jovem por quem ele se enamora; e ele reage, sendo quase morto, quando vê sua mãe sendo espancada violentamente por quatro negros. Desenvolve-se entre ele e a Marquesa um ódio mútuo, e quando ela ameaça enviá-lo para o engenho, ele foge para a liberdade. O engenho, para ele, seria um “inferno”, na medida em que seria rebaixado à condição de escravo comum. Juan Francisco, apesar de ser um escravo, não tinha a menor solidariedade com os demais cativos, ele era um negro privilegiado, e o mundo a que desejava pertencer – e onde estava a maioria das suas relações – era o mundo dos brancos e da casa-grande. No último capítulo, denominado “A Carta e o Chifre Mágico”, o autor, ao analisar as práticas de índios e africanos na América portuguesa e espanhola, observa que eles tomam a liberda-

de de combinar, de acordo com sua conveniência, os repertórios ideológico-culturais a seu alcance. Entre os vários casos relatados, merece destaque a rebelião de dezenas de escravos do rio Atibaia, em São Paulo, no ano de 1832. Prontamente reprimida, os réus tinham exato conhecimento da conjuntura política brasileira, porém o que mais indignou os senhores foi a descoberta de uma pintura (sobre um papel) que “mostrava um negro sentado em uma cadeira e dois brancos, um de cada lado, coroando o negro”. Portanto, o movimento sugere que os escravos de Atibaia haviam aprendido a combinar os dois principais repertórios culturais que tinham à mão: eram, pois, culturalmente bilíngues. Nas várias histórias apresentadas, o autor salienta que a coexistência de práticas e saberes distintos não implica em que todos os integrantes sejam “culturalmente bilíngues”. Em um mesmo coletivo, podemos encontrar pessoas que preferem manejar práticas ilustradas e outras, mais apegadas a práticas africanas. E, concluindo, afirmou que uma das poucas evidências encontradas é que em nenhum dos movimentos estudados cabe falar de hegemonia do “jacobinismo”.

Assim como em *La voz y su huella. Escritura e conflicto étnico-social en América Latina - 1492-1988* (prêmio Casa das Américas, 1989 - Cuba) e *O mar e o mato. Histórias da escravidão* (1ª ed. Ceao, Bahia, 1998; 2ª ed.

versão francesa, L'Harmattan, Paris, 2001; 3ª ed. pela Kilombelombe, Luanda, 2005), Martin Lienhard, neste novo livro, brinda o leitor, de forma

consistente e criativa, com a narrativa da heterogeneidade das “vozes” e das práticas dos grupos subalternos na América Latina.

*Jeferson Bacelar*

Professor do Departamento de Antropologia da UFBA e pesquisador do Ceao-UFBA